

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2015

(do Senhor Rogério Marinho)

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos senhores: Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação; Sr. José Francisco Soares – Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Sr. João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; e Sr. Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos – Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para discussão dos conteúdos abordados nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2015.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com fundamento no Art. 255, do RICD, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão dos conteúdos abordados nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2015.

Para debater a respeito do tema, faz-se necessário a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Educação;
- Sr. José Francisco Soares – Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Sr. João Batista Araújo e Oliveira – Presidente do Instituto Alfa e Beto; e
- Sr. Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos – Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

As provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, foram realizadas nos dias 24 e 25 de outubro de 2015 e, já no primeiro dia de provas,

levantou polêmicas e debates, muitas vezes acalorados, entre alunos, professores, pais e a sociedade em geral.

Destarte, chamou atenção a questão que trazia uma citação da socióloga francesa Simone de Beauvoir, considerada a fundadora do movimento feminista, em que se afirmava que as mulheres não nascem mulheres, tornam-se mulheres por conta das pressões sociais, resgatando de maneira clara a ideologia de gênero que tem sido objeto de importantes discussões tanto na sociedade quanto no Congresso Nacional.

Já é sabido que quando da votação do Plano Nacional de Educação essa Casa discutiu exaustivamente a questão da ideologia de gênero e resolveu rechaçar essa questão do PNE, o que se observa, outrossim, é a persistência do Ministério da Educação em abordar a ideologia de gênero mesmo contra as determinações legais.

Ficou marcadamente claro a preferência dos elaboradores das provas por autores de vertente marxista, com a inclusão de pensamento marcadamente ideológico contra a maioria do entendimento acadêmico. É de se notar que as questões objetivas estavam impregnadas de pensamento marxista, sem dar oportunidade ao examinado de acessar respostas embasadas em outras vertentes do pensamento.

É tão gravosa a denúncia e a prática que nas redes sociais e nas conversas entre os alunos que participaram das provas, dizia-se que na dúvida, o melhor era marcar a alternativa que apresentava a visão de esquerda mais radical.

Por esses motivos e por acreditar que muitas das respostas apontadas como corretas não correspondem com a melhor interpretação científica dos fatos, pedimos que essa Comissão aprove o presente Requerimento para que os debates possam ser aprofundados.

Ainda, neste momento que realizamos Consulta Pública sobre a Base Nacional Comum Curricular, que o Enem tem uma valoração cada vez mais expressiva por ser seleção às universidade públicas e privadas e acesso como programas como FIES, devemos nos afastar de aspectos doutrinários e avançar na qualidade dos conteúdos de nossa Educação Básica.

Sala das Comissões,

de outubro de 2015.

Deputado Rogério Marinho
PSDB/RN